

IMIGRANTES, CIRURGIAS PLÁSTICAS E PODER EM DOIS TEMPOS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HIPÓTESE DE PESQUISA

Introdução

O que haveria de novo na redefinição do corpo e dos traços fenóticos étnicos de imigrantes por meio de cirurgias plásticas? Como poderíamos pensar a intervenção cirúrgica como estratégia identitária? Quais seriam os significados sociológicos desse “acontecimento”, cada vez mais recorrente, no contexto do debate sobre multiculturalismo? Trata-se de uma expressão da liberdade de escolha e de adesão às identidades na chamada sociedade pós-moderna? Ou seria mais pertinente ver nesse procedimento cirúrgico um limite para a idéia de pluralidade das identidades?

O objetivo do presente trabalho é estabelecer as bases de um estudo que contribua para o debate sobre os limites da liberdade dos sujeitos sociais e sobre aspectos da construção de suas identidades descentradas e móveis. A recorrência à cirurgia plástica como recurso de redefinição da identidade pessoal não é recente. Aliás, essa relação entre identidade e corpo não pode ser reduzida às cirurgias plásticas, pois, como demonstra Marcel Mauss (2003), os gestos e técnicas corporais masculinos ou femininos; adultos ou infantis, de classes subalternas ou de classes dominantes, são

MARCELO ALARIO ENNES*

RESUMO

Este artigo formula uma hipótese de pesquisa sobre o uso de cirurgia plástica por imigrantes em dois cenários diferentes política, social e culturalmente: na passagem do século XIX para o XX, as cirurgias plásticas podem ser compreendidas como recurso de afirmação de identidades centradas e unívocas legitimadas científica e politicamente por idéias como a de superioridade racial e evolução social. Já na transição do século XX para o XXI, as intervenções cirúrgicas para mudar traços físicos se constituem estratégia que não elimina a possibilidade de adesão a outras identidades (gênero, orientação sexual etc.). Nos dois cenários, as cirurgias plásticas realizadas por imigrantes possuiriam, assim, em comum a necessidade de “apagar” marcas corporais que denunciavam sua condição de estrangeiros e podem representar obstáculos nos campos social e do trabalho.

Palavras-chave: imigrantes, cirurgias plásticas, relações de poder.

ABSTRACT

This article formulates a research hypothesis about the use of plastic surgery by immigrants in two political differing scenarios both socially and culturally at the time frontier between the XIX and XX centuries, plastic surgery being seen as a resource for affirmation of a sole and centered identity that were scientifically and politically legitimated by ideas propounding racial superiority and social evolution. In the transition of XIX century to the XX century, however, surgical interventions to change physical appearance was a strategy approach that did not eliminate the possibility of acquiring other identities (gender, sexual orientation etc). In the two scenarios, immigrants that underwent plastic surgeries were searching to “erase” bodily marks that would reveal their foreign condition and hamper their search of advancement in the job market and social environment.

Keywords: immigrants, plastic surgery, power relations.

* Sociólogo. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe/Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana. Endereço: Av. Vereador Olímpio Grande, Centro, 46500-000 Aracaju/SE – Brasil. e-mail: nnes@uol.com.br.

socialmente e culturalmente definidos. O problema não parece ser a existência de conexões entre identidade e corpo, mas identificar as disputas e as lutas políticas a partir das quais agentes sociais moldam e transformam o seu corpo.

As cirurgias plásticas podem ser entendidas como radicalização daquilo que é feito pela etiqueta social ou pelo treinamento físico (MAUSS, 2003). Ou seja, são mecanismos, embasados na ciência e na tecnologia modernas, por meio dos quais o corpo humano pode ser alterado nas suas formas. As diferenças entre os modos e as técnicas que possibilitam tais alterações mudam de acordo com padrões estéticos e culturais e com recursos científicos e tecnológicos disponíveis em determinados contextos históricos.

Para os objetivos deste artigo, compreendo o corpo como produto da cultura e como elemento indissociável do “Homem” (LE BRETON, 2009). O corpo, assim, não é um simples suporte para as identidades; é, ele mesmo, um de seus componentes, o mais visível e, por isso, o que mais contribui para a definição do “eu” e do “outro”.

Por sua vez, de todas as partes do corpo, o rosto é a que mais evidencia as marcas da identidade e da alteridade. É ele a parte mais exposta e onde se concentram os sentimentos, as representações e os esforços dos

agentes sociais em sua busca de aproximações e distanciamentos.

A importância do corpo e do rosto nos processos identitários é “otimizada” na condição de imigrante. Em muitos casos, são as marcas mais evidentes do corpo e rosto que denunciam o pertencimento a um determinado país ou a condição de “estrangeiro”. Isto é, a cor da pele, dos olhos, do cabelo e o formato do nariz, dos olhos e do queixo são sinais que identificam a condição de estrangeiro e das quais o imigrante não consegue se desvencilhar com facilidade. De acordo com Le Breton, em circunstâncias como a da migração “[...] o corpo deve ser apagado, diluído na familiaridade dos sinais funcionais” (2009: 50). O corpo e o rosto do imigrante, por mais que este não sinta como tal, são vistos e identificados como de alguém que é de fora, não pertencente ao grupo hegemônico. “[...] O corpo estrangeiro torna-se corpo estranho. A presença do outro se resume à presença de seu corpo: ele é seu corpo” (LE BRETON, 2009: 72). A cirurgia plástica, em especial as realizadas no rosto, parece ser, assim, um mecanismo capaz de ao menos amenizar traços físicos que expõem a condição de estrangeiro e de alteridade dela decorrente.

O presente artigo está estruturado em três partes principais. As duas primeiras foram desenvolvidas com base em dois contextos históricos: o da passagem do século XIX para o XX e o da passagem do século XX para o XXI. Para a definição destes dois contextos foram levadas em conta as idéias predominantes sobre diferenças raciais e/ou étnicas, o fluxo migratório internacional, as formas hegemônicas de organização do Estado-Nação e o uso de cirurgias plásticas entre imigrantes.

O primeiro contexto foi caracterizado pela afirmação do Estado-Nação, inclusive, por meio da noção de raça que não era apenas aceita, mas, também, consistia em um importante fator de legitimação das hierarquias entre sociedades e culturas diferentes e entre a população nativa e os imigrantes. Nesse palco, já era possível observar o uso, ainda que incipiente, da cirurgia plástica entre imigrantes que a ela recorriam para “corrigir” traços fenótipos que os “denunciavam” como estrangeiros e pertencentes a raças e nacionalidades consideradas, na época, inferiores e atrasadas.

Na passagem do século XX para o XXI, observa-se que a idéia de raça foi colocada em segundo

plano no campo científico. Essa mudança revela um deslocamento do argumento sobre a diferença entre sociedades e povos do fator biológico (raça) para o cultural (etnia). Nesse contexto, a imigração ocorre em um cenário de desestabilização dos Estados Nacionais.

Na terceira parte do artigo procuramos, a partir das contribuições de Giddens (1997) e Bourdieu (2007), pensar sobre aproximações e distanciamentos entre os dois contextos, no que diz respeito, fundamentalmente, ao significado do uso da cirurgia plástica por imigrantes. Foi com base nas categorias “habitus” e “segurança ontológica” que analisamos a prática de cirurgias plásticas destinadas a atenuar traços étnico-raciais e, desse modo, decidimos pensá-las como práticas orientadas por estratégias no interior de campos e de relações de poder.

O artigo é concluído com a formulação de uma hipótese de pesquisa segundo a qual o uso de cirurgia plástica por imigrantes inscreve-se em dois cenários diferentes política, social e culturalmente. Em particular, se diferenciam quanto às dinâmicas identitárias. A esse respeito, podemos dizer que na passagem do século XIX para o XX as cirurgias plásticas podem ser compreendidas como recurso de afirmação de identidades centradas e unívocas, legitimadas científica e politicamente por idéias como a de superioridade racial e evolução social. Já na transição do século XX para o XXI, transformar o corpo por meio de intervenções cirúrgicas com o propósito de mudar traços físicos que remetem às origens nacionais e étnicas, pode ser entendido não como uma forma de adesão a uma única identidade, mas, ao contrário, ao descentrá-la, passa a ser uma estratégia que não elimina a possibilidade de adesão a outras identidades (gênero, orientação sexual etc.).

A hipótese aqui desenvolvida contempla, também, a idéia de que a despeito das diferenças políticas, históricas e culturais existentes em contextos sociais diferentes, a cirurgia plástica realizada com o propósito de amenização de traços étnicos revela relações de poder e disputas pela legitimação de identidades e que, por isso, evidenciam a existência de processos de estratificação e hierarquização social. As cirurgias plásticas realizadas por imigrantes nos dois cenários possuíam, assim, em comum, a necessidade de

“apagar” marcas corporais que podem representar obstáculos nos campos social e do trabalho, e que denunciam a condição de estrangeiros daqueles que optam por tais práticas.

Primeiro tempo: imigração e superioridade racial

O período compreendido entre 1870 e 1930 concentra um intenso fluxo migratório. Essa situação foi política e economicamente definida pela coincidência de fatores que contribuíram para a saída dos imigrantes de seus países de origens, como a Revolução Industrial e o processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais¹ e, por outro lado, os atrativos dos países de destino, como a perspectiva de ascensão social e capitalização associados às promessas de emprego, acesso à propriedade da terra e acúmulo de capital².

No campo das idéias, esse período foi influenciado por uma tradição que nos remete ao botânico e naturalista Carolus Linnaeus (1707–1778), criador do atual sistema de classificação dos seres vivos, a quem é atribuída a criação da expressão *Homo Sapiens*. Também é de Linnaeus a divisão dos seres humanos em “vermelhos americanos”, “amarelos asiáticos”, “negros africanos” e “brancos europeus”, aos quais atribuiu, respectivamente, as seguintes características psicológicas e comportamentais: despreocupados, generosos e livres; severos e ambiciosos; arditos, irrefletidos e ativos; e inteligentes e engenhosos.

A tensão criada na luta pela legitimação de aspectos políticos e culturais, em contraposição às referências biológicas como explicação das diferenças e desigualdades entre os povos ganha contornos mais definidos nos séculos XVIII e XIX. O Iluminismo e a Revolução Francesa ajudaram a alicerçar o ideal igualitário da sociedade liberal burguesa, que ainda que fosse pensado como “igualdade natural”, era inspirado em princípios políticos.

Nesse mesmo período, ressurgiu a velha questão sobre a “origem da humanidade” cuja explicação assentava-se em supostas diferenças³ biológicas. São essas explicações que dão origem ao debate entre monogenistas e poligenistas (SCHWARCZ, 1993: 47). De um modo geral, o monogenismo “[...] dominante até o meado do século XIX, congregou pensadores

que, conformes às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una” (SCHWARCZ, 1993: 48). Na segunda metade do século XIX, passaria a predominar o poligenismo. Os representantes dessa corrente “[...] partiam da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993: 48).

Para os objetivos deste artigo, interessa notar que tanto monogenistas quanto poligenistas, cada qual a partir de suas especificidades, fundamentavam suas hipóteses sobre a diversidade humana em suas supostas diferenças biológicas, o que as distanciavam dos princípios iluministas.

De acordo com Schwarcz, a publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, em 1859, representou a emergência de um novo paradigma para o debate sobre as diferenças entre as sociedades humanas, o que significou, inclusive, uma amenização temporária das divergências entre monogenistas e poligenistas.

A obra e as idéias de Darwin repercutiram de modo decisivo no pensamento social do período. Nesse contexto, a miscigenação ganha terreno e torna-se a categoria central para explicação sobre as desigualdades entre as sociedades e suas culturas. A obra de Darwin forneceu “combustível” necessário para reacender o debate entre monogenistas e poligenistas, agora com a participação das ciências sociais emergentes: “[...] enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas de início do século” (SCHWARCZ, 1993: 56).

Desse modo, a questão da miscigenação passaria a ser central para a antropologia cultural ou etnologia social cujos representantes passaram a ser conhecidos como “evolucionistas sociais” e para o “darwinismo social” ou a “teoria das raças” cuja origem está ligada à emergência do chamado “determinismo racial” (SCHWARCZ, 1993: 58).

Ainda que os fatores culturais e sociais tenham sido valorizados na segunda metade do século XIX, as explicações baseadas em aspectos biológicos reapareceram e formaram a base do pensamento eugenista. Originária do determinismo racial, a eugenia questionava as teses evolucionistas da antropologia

cultural, de acordo com as quais todas as sociedades ao evoluírem alcançariam o estágio civilizatório, e defendia que as sociedades poderiam sofrer um processo de degeneração.

*[...] Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo **degeneração** (grifo da autora) tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do processo ocidental. Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória (SCHWARCZ, 1993: 61).*

Como se vê, mais uma vez, ao privilegiar a idéia de raça e ao propor a miscigenação como fator de degeneração, os darwinistas sociais recolocam os fatores biológicos no centro das explicações sobre a desigualdade entre os povos.

Na interpretação de Schwarcz,

[...] é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais (SCHWARCZ, 1993: 65).

A segunda metade do século XIX é o contexto comum do desenvolvimento do eugenismo e da intensificação do processo de migrações internacionais que radicaliza a problemática da diversidade racial. Os processos migratórios colocariam em contato povos de origens distintas e suas diferentes características físicas eram facilmente associadas à nacionalidade, por sua vez, explicados pelas categorias associadas, sobretudo, à idéia de raças humanas.

É também nessa conjuntura que se registra, pela primeira vez, a realização de cirurgias plásticas por imigrantes. Esses casos podem ser observados, no

final do século XIX, por exemplo, nos Estados Unidos, área de grande fluxo migratório. Os irlandeses estavam entre os maiores grupos de imigrantes e eram identificados fisicamente pela chamada “orelha de abano”⁴. Para se livrarem do estigma de estrangeiro, irlandês e, portanto, não-americanos, alguns desses imigrantes recorreram ao procedimento cirúrgico que lhes “corrigisse o defeito” da orelha. De acordo com Gimlan,

Em Nova Iorque, os imigrantes irlandeses solicitavam os serviços de [um cirurgião plástico] para operar as orelhas e eliminar este signo de ‘natureza irlandesa degenerada’ de forma que pudesse passar por norte-americanos (GIMLAN, 2005: 112).

A mudança do corpo, em especial do nariz e dos olhos, por meio de cirurgia plástica também foi utilizada por pessoas que não eram estrangeiras, mas pertenciam a grupos étnicos não-hegemônicos dentro de seu próprio país. Esse foi o caso dos judeus na Alemanha, nas primeiras décadas do século XX. Como destaca Gimlan (2005), os traços físicos que os remetiam ao seu grupo étnico os colocavam numa situação desfavorável no campo econômico: “[...] a visibilidade dos judeus os impedia de competir em igualdade com os não judeus no âmbito econômico por culpa da estigmatização que sofriam” (GIMLAN, 2005: 116).

Há registros de que o mesmo aconteceu com americanos de origem africana de pele clara que, ainda de acordo com (GIMLAN, 2005), após a Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos, recorreram a procedimentos cirúrgicos para afinar os lábios e reconstruir o nariz “para poder cruzar a fronteira da cor da pele” (GIMLAN, 2005: 118).

É importante notar que a cirurgia plástica representa, já na passagem do século XIX para o século XX, uma estratégia para o rompimento de barreiras socialmente impostas a indivíduos pertencentes a grupos não-hegemônico⁵.

Como já foi dito, a partir do século XVIII, surgiram teorias que contribuíram para compor o quadro de referências que orientaram as relações sociais e as disputas políticas entre grupos de origem

étnica/racial, quer naturais do mesmo país, quer de países diferentes. Desse modo, forneceram algumas das bases científicas para legitimação do processo de estratificação entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, culturas mais ou menos evoluídas, entre grupos sociais superiores e inferiores, e subjetividades que se legitimavam ou não em função do posicionamento dos agentes sociais de acordo com sua nacionalidade e origem étnica e cultural.

São idéias como de *pureza, superioridade e degeneração racial* que expressam essas relações de poder e podem ser consideradas parte da explicação do uso, naquele momento, de cirurgias para atenuação de traços étnicos. Por sua vez, são essas mesmas idéias que explicam, ao menos em parte, a disseminação de teorias racistas, como a eugenia e o fortalecimento e a emergência de fenômenos sociais e políticos de grande amplitude e de grande repercussão histórica, a exemplo do nazismo, e o etnocídio praticado contra judeus, ciganos e outros povos por ele considerados racialmente inferiores.

No campo do debate sobre identidade, a idéia de raça é uma das principais referências para aquilo que Hall (2002) define como “sujeito soberano” que sintetiza a tradição do pensamento liberal iluminista centrada na razão e na liberdade como elementos da autonomia do indivíduo. A referência à raça foi, ainda, fortalecida por sua instrumentalização pelos Estados Nacionais em seu esforço de construção de uma identidade nacional associada à idéia de pureza racial. Esse é o cenário no qual a estratificação social no interior de cada nação e entre as várias nações do planeta era justificada com base em referências mais unívocas quando comparadas à dos dias atuais. Nesse sentido, poderíamos entender que, naquele momento, o recurso da cirurgia plástica era uma estratégia de ascensão social e de superação das fronteiras sociais e econômicas impostas pela cor da pele, pelo tipo de nariz e de orelhas que “denunciavam” seu pertencimento a nações e povos considerados racialmente inferiores. A crença na liberdade individual, otimizada pelo avanço das técnicas e procedimentos da cirurgia plástica⁶, tornou possível recorrer a “atalhos”, como a cirurgia plástica, para superar situações de desvantagem nos campos econômico, social e cultural impostos por traços fenotípicos.

Se a estratificação e a hierarquização social parecem ser bastante evidentes em relação ao período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o mesmo não se pode dizer em relação aos dias atuais. Hoje, a desestabilização dos Estados Nacionais fragiliza referenciais identitários até então hegemônicos e cria brechas para a emergência e a legitimação de identidades até então secundarizadas.

Segundo tempo: imigração, multiculturalismo e “redefinições” da estratificação social

As idéias sobre raça e eugenia desenvolvidas no final do século XIX influenciaram, de modo profundo, a história mundial nos quarenta primeiros anos do século XX. As atrocidades cometidas em nome da superioridade e pureza raciais, observadas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, impuseram a necessidade de mudança quanto às formas de se explicar as diferenças culturais e fenotípicas entre os povos e suas culturas.

Um novo cenário toma forma na passagem do século XX ao XXI. Nele, observa-se o crescimento da importância da dimensão cultural na análise social, seja contra a idéia de raça, seja em oposição às interpretações que privilegiavam os processos econômicos entendidos como determinantes das demais dimensões da sociedade.

As mudanças em relação às diferenças culturais observadas nos dias atuais remontam ao debate político e teórico que emergiu no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. As novas formas de compreensão da problemática das diferenças culturais e raciais devem ser entendidas como resultado da mudança de correlação de forças no campo científico, uma vez que idéias como a de relativismo cultural e etnocentrismo⁷ já vinham sendo desenvolvidas, desde o final do século XIX, e permaneceram em um segundo plano no campo científico – e também, no campo político – quando confrontadas, por exemplo, com as teorias eugenistas.

Ainda nesse contexto, outra contribuição teórica significativa para o debate sobre diferenças culturais foram as formulações de E. P. Thompson, Richard Hoggart e Stuart Hall. De comum, esses autores

promovem um deslocamento do lugar da cultura, tanto no que diz respeito à realidade, quanto no que concerne à análise social. Isto é, para os fundadores do Centro de Estudos Culturais⁸, a cultura era entendida em seu sentido amplo, antropológico, e não apenas como uma esfera ou dimensão da sociedade. E conseqüência dessa perspectiva analítica observou-se um outro deslocamento por meio do qual a cultura passou a ser pensada como expressão de relações de poder entre grupos sociais (classe, etnia, gênero, orientação sexual), em contraste com a tradição que a associava à nacionalidade (MATTELART, Armand; NEVEU, Érik, 2004: 13 e 14).

No campo da formação de um novo ideário e de um outro referencial teórico sobre diferenças “raciais”, destaca-se o convite da UNESCO a Gilberto Freyre⁹ para compor um grupo de estudiosos que deveriam contribuir para o desenvolvimento de um novo referencial de convivência entre povos e nações. Nessa mesma direção, a UNESCO publicou em 1960 uma longa coletânea de estudos¹⁰ que pode ser compreendida como um novo marco teórico para se pensar a diversidade cultural. De uma maneira geral, tanto o convite à Freyre, quanto a coletânea publicada pela UNESCO, podem ser entendidos como parte do esforço da reversão da idéia de miscigenação como degeneração racial¹¹ e do deslocamento da base do argumento sobre diferenças da ênfase racial/biológica para a étnica/cultural.

Assim, a partir do início da segunda metade do século XX, observa-se o crescimento do interesse pelo estudo sobre a emergência de novas formas e manifestações de conflitos e movimentos sociais, tais como os associados ao gênero, ao meio ambiente, à orientação sexual e às origens étnicas. É esse o contexto da emergência política e conceitual da crítica aos modelos e ideologias que hierarquizavam as várias e diferentes culturas a partir da ótica do Ocidente. Nessa direção, é recolocada a questão da diferença cultural e identitária de modo a contestar a idéia de homogeneidade cultural e expressar a luta pelo direito de existência, por parte de grupos e culturas considerados inferiores ou não-legítimos, na passagem do século XIX para o século XX.

De modo diferente do que se observava na passagem do século XIX ao XX, recentemente, a ge-

nética demonstrou que as características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, queixo ou olhos) não são suficientes para definir diferentes raças humanas e, conseqüentemente, hierarquizá-las entre superiores e inferiores. Desse modo, hoje, nos primeiros anos do século XXI, o argumento predominante, dentro e fora do mundo acadêmico, é o de que existe apenas uma raça humana, que comporta diferenças culturais, e que tais diferenças não podem ser tomadas como critério para hierarquização de sociedades ou culturas.

No atual contexto, parte importante do debate sobre diferenças culturais está associada aos estudos sobre processos identitários na sociedade contemporânea e que ressaltam, de um modo geral, aspectos como a fragmentação, o hibridismo e a provisoriidade (HALL, 2002; BHABHA, 2007 e BAUMAN, 1999).

O descentramento (HALL, 2002) das identidades resulta do enfranquecimento das meta-referências (Estado-Nação, socialismo, liberalismo, entre outras) e traduz um processo segundo o qual a sociedade passa a legitimar não apenas um, mas vários elementos identitários (etnia, orientação sexual, gênero etc.), o que torna possível que os agentes sociais possam assumir vários pertencimentos sociais¹².

Associada às noções de descentramento e fragmentação, a idéia de hibridismo (BHABHA, 2007) procura dar conta de identidades não-homogêneas e não-unívocas; refere-se aos processos de composição de várias referências (etnia, gênero, nacionalidade etc.) que podem ou não ser contraditórias. Nesse sentido, o hibridismo é um processo de negociação de identidades que se dá no que o autor chama de “entre-lugar”. O “entre-lugar” é, ele mesmo, uma referência às idéias de hibridismo e negociação e indica uma situação intermediária, um “lugar” que é ao mesmo tempo um movimento que se orienta pela diferença cultural.

O mundo atual tem sido apreendido como o mundo do movimento e da provisoriidade das identidades. Nesse sentido, Bauman (1999) acrescenta ao léxico acadêmico contemporâneo a noção de “liquidez” como expressão da mobilidade e fugacidade da chamada pós-modernidade:

[...] É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Busca-

mos, construímos e mantemos as referências comunitárias de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo (BAUMAN, 2005: 32).

Como escreve Bauman, a provisoriamente das identidades revela a curta duração da adesão e do sentimento de pertença. A adesão e o rompimento sucessivo e permanente dos “habitantes do líquido mundo moderno” a grupos sociais, alimentaria, continuamente, o movimento dos agentes sociais e suas identidades.

No entanto, se essas categorias parecem ser pertinentes para se pensar o mundo contemporâneo, elas podem também produzir um “nevoeiro” traduzido pelo sentimento de incerteza, insegurança e de ceticismo que dificulta a análise social e a crítica política. A despeito das novas dinâmicas sociais-subjetivas, faz-se necessário não perder de vista que essas relações são também produto e produtoras de relações de poder e dominação e são inerentes a processos de produção de identidades descentradas, fragmentadas e efêmeras. Nesse sentido, parecem ser pertinentes as críticas, por exemplo, às idéias multiculturalistas de descentramento e pluralidade como um caminho para a fragmentação e para segregacionismo políticos.

[...] as lutas atuais em defesa do multiculturalismo [...] o direito dos vários grupos étnicos e culturais de declararem suas diferenças e seus separados desenvolvimentos. Esse é o caminho para o auto-apartheid [...] é o segregacionismo total, a mera oposição de um particularismo ao outro (LACLAU, 2001: 244).

Observa-se, pois, que ao mesmo tempo em que expressa uma nova ordem política de afirmação do direito à diferença, o multiculturalismo pode representar a despolitização e a (re)naturalização das diferenças. Ou seja, perde-se a dimensão dos embates e coerções políticas constitutivas das relações sociais que agora são reificadas, justificadas por esse mesmo direito à diferença.

Vista de modo despolitizado e naturalizado, a idéia de diferença nos remete a uma suposta desestratificação e des-hierarquização sociais. Ao contrário disso, é necessário pensar o descentramento, a pluralidade, o hibridismo e a fugacidade, para além da expressão da liberdade plena das escolhas individuais, como pretende o senso comum veiculado dentro e fora do mundo acadêmico.

Imigrantes e cirurgia plástica na sociedade contemporânea

A prática de cirurgias plásticas por imigrantes nos dias atuais pode ser visualizada com base nos dados publicados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008). Esses dados indicam que no ano de 2005 cerca de 191 milhões de pessoas (aproximadamente 3% da população mundial) eram classificadas como migrantes internacionais. Esse dado é importante para que possamos visualizar a intensidade do movimento migratório no contexto da globalização. Por sua vez, o mencionado relatório enfatiza a discussão sobre “negociação cultural”, o que é bastante ilustrativo das questões identitárias produzidas por esse fluxo migratório, também, no campo da política internacional.¹³

De modo mais específico, a problemática que envolve imigração, cirurgias plásticas e a produção de identidades descentradas pode ser ilustrada com base no caso recentemente publicado pela imprensa espanhola. No dia quatro de agosto de 2008, o jornal espanhol *El País* publicou uma reportagem (PRATS, 2008) sobre um jovem imigrante equatoriano que fez cirurgia plástica em seu nariz. Segundo o jornalista responsável pela matéria, movido pelo desejo de “chamar menos atenção na rua”, esse jovem pagara, pela cirurgia, quatro mil e duzentos Euros, para minimizar o que chamou de “traços incas”.

De acordo com dados da Sociedade da Espanha de Cirurgia Plástica, Reparadora e Estética (SECPRE) ocorrem, anualmente, cerca de 400.000 intervenções cirúrgicas estéticas. Para alguns profissionais como o que operou o imigrante equatoriano, as cirurgias de “ocidentalização” chegam a 10%. As intervenções mais comuns são as de mudança do nariz, mas há também, mudanças da forma do queixo,

do rosto e dos olhos. Na Espanha, ainda de acordo com a mesma reportagem, a maioria das pessoas que recorre a esse procedimento cirúrgico é de origem latino americana, havendo também, entre elas, imigrantes de países orientais¹⁴. Em todos os casos, a referência perseguida nas intervenções cirúrgicas são os traços ocidentais: nariz, queixo e rosto mais afilados, entre latinos americanos e olhos mais arredondados, entre orientais.

É importante ressaltar que as próprias conclusões do jornalista do “El País” apóiam-se nas declarações do imigrante e, também, de cirurgiões plásticos entrevistados. Desse modo, a idéia que fica ao concluir a leitura da reportagem é a de que os imigrantes fazem cirurgias plásticas para “se adaptarem” ao meio.

É exatamente essa idéia de “adaptação” que coloca em xeque as interpretações que se apropriam da idéia de “escolhas” para fazer referência a um contexto onde as diferenças são valorizadas e onde a explicação sobre adesão às identidades parece não dar conta das relações de poder nas quais os agentes sociais estão inseridos.

O uso de cirurgia plástica entre imigrantes e seus descendentes para modificação de *traços étnicos* recoloca o debate sobre a associação entre identidade e traços físicos, já que a noção de traços étnicos é socialmente construída a partir da associação entre características físicas, “tipos” de personalidade e origens culturais, e expressa as relações e a hierarquização entre povos e culturas diferentes.

Assim, o desejo e a tentativa de eliminação de traços étnicos por meio de cirurgias plásticas revelam uma estratégia que visa “apagar” diferenças físicas, o que expressa a atuação de forças homogeneizadoras e coercitivas que contrastam, pelo menos em parte, com a exaltação das diferenças. Tratam-se de formas de “assujeitamento corporal” observadas também em cirurgias plásticas estéticas ou, mesmo, na modelação do corpo em academias (MISKOLCI, 2006: 683).

Novas e velhas relações de poder

Antes de prosseguir na análise, é necessário retomar dois pontos. Primeiro, realçar a idéia segundo a qual o corpo é uma produção da cultura humana.

As associações entre traços fenótipos e as noções de *pureza* e *superioridade* raciais são produzidos historicamente. Segundo, devemos nos afastar das concepções que separam o “Homem” de seu corpo, como se fossem duas coisas distintas. Conforme nos ensina Le Breton, [...] “o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico. A corporeidade é socialmente construída” (LE BRETON, 2009: 18/19).

É a partir dessas idéias que o presente artigo tem como objeto a prática de intervenções cirúrgicas para atenuação de traços étnicos em dois contextos sociais bastante diferentes, o da transição do século XIX para o século XX e o da passagem do século XX ao XXI. O objetivo não era demonstrar que nada mudou nos dias atuais em relação ao passado, mas formular uma hipótese segundo a qual mecanismos de dominação e de estratificação social têm se reconfigurado por meio de “novas” dinâmicas sociais.

Desse modo, é possível dizer que vivemos, de fato, novos processos de produção de identidades sociais. Isso em grande parte, em função das mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, em consequência da globalização e de seus impactos sobre o poder dos Estados Nacionais e sua capacidade de orientar e produzir identidades culturais, políticas e sociais. Segundo Bauman,

[...] o estabelecimento de qualquer Estado soberano exigia em regra a supressão das ambições de formação de um Estado por muitas populações menores, solapando ou expropriando mesmo o pouco que tivessem de capacidade militar incipiente, de auto-suficiência econômica e de especificidade cultural referencial identitária (BAUMAN, 1999: 70).

Além do enfraquecimento das identidades centralizadas e unificadas como resultado da desestabilização dos Estados Nacionais, o desfecho da experiência real do socialismo e o fim das polarizações entre bloco comunista e bloco capitalista também contribuíram para o enfraquecimento das meta-referências identitárias ante a demandas mais

pragmáticas e pontuais como as relacionadas a gênero, orientação sexual, e direito às diferenças culturais, religiosas e étnicas. Na interpretação de Castells,

[...] a identidade islâmica é (re)construída pelos fundamentalistas por oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo, árabe ou de qualquer outra origem, que, em sua visão, são todas ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial (CASTELLS, 2000: 33).

São claras, portanto, as mudanças sócio-subjetivas pelas quais o século XX passou, de modo que hoje o processo de configuração das identidades é distinto do observado no início daquele século. No entanto, a despeito das mudanças já apontadas observa-se que os processos identitários, em qualquer um dos cenários apontados, expressam dinâmicas de coerção e de estratificação sociais. Ao mesmo tempo, se isso tem sido mais facilmente reconhecido em relação à passagem do século XIX para o XX por meio da denúncia e crítica ao racismo e ao etnocentrismo ocidental, o mesmo não se pode dizer em relação ao período mais recente. Isto porque, como já vimos, algumas abordagens e categorias analíticas que procuram explicar os processos de descentramento, fragmentação e hibridismo das identidades podem desviar o foco de análise para fora dos contextos das relações de poder e de dominação nas quais são produzidas.

Para irmos além da compreensão da cirurgia plástica como expressão do descentramento das identidades, entendido este como um processo dissociado das pressões sociais, convém recorrer à crítica de Giddens à idéia de “escolha”. De acordo com o autor, “nos contextos pós-tradicionais, não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir” (1997: 94.). Assim, sugere que “escolher” não é apenas uma questão de direito e de capacidade dos agentes sociais, mas, também, uma imposição social. Giddens chama atenção para o caráter ilusório das escolhas com base em três constatações: a) as “emoções inconscientes”, adquiridas na trajetória dos agentes, “bloqueiam” o poder de escolhas; b) a existência de mecanismos de garantia da “segurança ontológica”, como a rotinização. A rotinização, por sua vez, é um processo

de adesão a práticas e valores sociais que implica na abdicação de “escolhas”; c) as escolhas são frutos de coações sociais. Nas palavras do autor, “As escolhas que são constitutivas das opções do estilo de vida são muito freqüentemente limitadas por fatores que estão fora do alcance do indivíduo ou dos indivíduos que elas afetam” (GIDDENS, 1997: 94/95).

No lugar de “escolhas”, Giddens prefere falar de “decisões”, nos seguintes termos:

*[...] é mais preciso afirmar que todas as áreas da atividade social vêm a ser governadas por decisões [...]. Quem toma essas decisões, e como, é fundamentalmente uma questão de poder. Uma decisão, é claro, é sempre a escolha de alguém e, em geral, todas as escolhas, mesmo aquelas dos mais pobres ou aparentemente impotentes, sofrem refração das relações de poder preexistentes. Por isso, a abertura da vida social à tomada de decisão deve ser identificada **ipso facto** com o pluralismo; é também um meio de poder e estratificação (GIDDENS, 1997: 95/96).*

Como se vê, a questão de fundo é a do poder. A realização de cirurgias plásticas precisa ser pensada, seja qual for o contexto histórico, no interior do campo de disputas entre forças assimétricas. No caso de imigrantes, releva seu posicionamento claramente desfavorável seja no campo econômico (mercado de trabalho), seja no campo social (in-visibility).

Ainda de acordo com Giddens, a cirurgia plástica pode ser compreendida como um mecanismo de monitoramento reflexivo no contexto da alta modernidade onde segurança ontológica¹⁵ é garantida pelo sentimento de maior liberdade. Desse modo, recorrer à cirurgia plástica como expressão da liberdade de escolha dos agentes sociais seria, de acordo com Giddens, uma forma de garantir o sentimento de segurança ontológica na sociedade contemporânea.

Além das contribuições de Giddens, a noção de *habitus* de Bourdieu, em particular a exposta em *Meditações Pascalinas*, é, aqui, esclarecedora:

*[...] os agentes sociais são dotados de **habitus**, inscritos nos corpos pelas experiências passa-*

das: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidade nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas, porém, nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem (BOURDIEU, 2007: 169).

A partir dessa idéia, o corpo pode ser pensado com expressão do *habitus* e a cirurgia plástica como estratégia de capitalização e reposicionamento social. Ademais, pode-se compreender a cirurgia plástica como expressão do “senso prático” do agente na busca de adequar-se ao campo do qual faz parte na condição de imigrante. (BOURDIEU, 2007: 169).

De acordo com Bourdieu, o corpo é o principal alvo das “injunções sociais” que procuram inscrever as diferenças sejam de sexo ou etnia que sobre ele recaem sob diversas formas e maneiras:

As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, o primeiro tratado como um ‘rascunho’. O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre sexo nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. (BOURDIEU, 2007: 172).

Mais do que isso, o recurso da cirurgia plástica ainda que possa ocorrer em contextos distintos como o das identidades centradas e soberanas e o das descentradas e fragmentadas, revelaria estratégias de ascensão ou mobilidade social, em situações onde a origem étnica/nacional é determinante para o acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho. A cirurgia plástica materializaria as relações sociais nas quais se fazem necessárias estratégias de capitalização simbólica, no caso, a modificação do corpo.

Em busca de uma hipótese de pesquisa

O corpo é um produto da sociedade a que pertence. Edifica-se por meio das e nas relações sociais e de poder entre indivíduos e grupos sociais. O corpo é, assim, moldado pelas disputas de forças que se configuram a cada época e em cada contexto. Desse modo, a realização de cirurgias plásticas com o objetivo de atenuação de traços étnicos seria uma expressão de relações que se materializam no corpo, em especial no rosto. Isto é, os traços étnicos expressos como aspectos do corpo, em especial do rosto, são apropriados historicamente. No caso dos imigrantes, as representações sobre tipos, olhos, nariz, por exemplo, remontam ao processo de colonização e ocidentalização do planeta. Assim, a identificação como irlandês, oriental, árabe, judeu, latino-americano etc., retoma a relações historicamente construídas entre colonizados e colonizadores e dominados e dominadores.

Essa prática não é nova e tem raízes em períodos em que as técnicas de cirurgia plástica eram muito rudimentares e, sequer contavam com a existência de anestesia e regras de assepsia. O que é de estranhar é que em uma época como a que vivemos, na qual se acredita ter superado, inclusive a duras penas, teorias e senso comum racista, ainda temos a recorrência às modificações físicas como estratégia de agentes sociais para transpor barreiras sociais, econômicas, políticas e estéticas.

As cirurgias plásticas entre imigrantes na atualidade, assim, como na passagem do século XIX para o XX poderiam ser compreendidas como uma estratégia dos agentes sociais no interior do campo de forças, com o objetivo de reposicionamento, por meio da legitimação de sua aparência como “menos oriental”, “menos andina”, “menos árabe” e “mais ocidental”. Tratam-se de relações sociais de poder orientadas pela associação entre as representações de traços físicos e ocidentalidade.

Na realidade, o que se questiona é o uso de cirurgia plástica como imposição de uma sociedade que contraditoriamente diz-se multicultural, mas que descriminaliza, segrega, hierarquiza e inferioriza a partir de traços fenótipos que remetem a uma origem distinta (distinção imaginada, ou não) da sociedade receptora. Tal prática, na perspectiva aqui apresen-

tada, coloca em xeque o alcance prático e político do multiculturalismo como expressão da igualdade na diferença. Nessa direção, mudar o corpo parece ser um caminho mais curto para um reposicionamento social que, por outros meios, demoraria tempo demais para ser vivenciado pelo agente social.

(Recebido para publicação em abril de 2010.

Aceito em agosto de 2010)

Notas

- 1 O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por forte movimento de afirmação da nacionalidade, processo profundamente ligado às transformações sociais e econômicas engendradas pela Revolução Industrial, pela Unificação Italiana (1861), e Unificação Alemã (1871), pela Reforma Meiji no Japão (1868), pela expansão do Imperialismo e a consequente partilha da África e da Ásia pelas velhas e novas potências européias.
- 2 A imigração para o Brasil, por exemplo, esteve associada, entre outras causas, à demanda por mão de obra assalariada no contexto na expansão da cultura cafeeira na região Sudeste.
- 3 De acordo com Schwarcz, “A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural. Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas [...] as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças seriam, portanto, [...] definitivas e irreparáveis [...]” (SCHWARCZ, 1993: 61/62).
- 4 Aqui, é menos importante saber se realmente os irlandeses tinham ou não “orelhas de abano”, do que constatar que o não-pertencimento era chancelado por traços fenótipos utilizados para distinguir quem era ou não era “americano puro”.
- 5 A hegemonia de grupos étnicos/raciais e de suas respectivas marcas de distinção física não pode ser pensada apenas no plano do Estado-Nação. O uso de cirurgias plásticas para o “arredondamento dos olhos” em países orientais, a exemplo do que se encontra no Japão, China e outros (GILMAN, 2005), nos remete a uma reflexão sobre as lutas e disputas políticas entre grupos étnicos/raciais em âmbito planetário. Essa reflexão, no entanto, foge aos limites deste artigo.
- 6 De acordo com Taschen, os registros sobre cirurgias para embelezamento remontam ao Egito Antigo. No início da Era Moderna, esse tipo de cirurgia foi aplicado, principalmente entre homens, para corrigir as seqüelas deixadas pela sífilis. “Cabe recordar que naquela época não existia anestesia (esta não seria inventada até 1846) e tampouco se tinha consciência das causas e conseqüências das infecções, de modo que não apenas toda intervenção devia ser muito dolorosa, senão o risco de morrer no transcurso da operação era altíssimo”.
- 7 Atribui-se a Franz Boas a compreensão de que as culturas não poderiam ser pensadas em termos absolutos e que cada sociedade deveria ser entendida a partir de seu próprio contexto.
- 8 Sua institucionalização formalizada pela Fundação do Centro de Estudos Culturais na década de 1960 é precedida por várias iniciativas acadêmicas e artísticas voltadas à emergência e valorização da cultura popular e da vida cotidiana expressas de diversos modos, a partir da década de 1930 por Humphrey Jennings, autor de *Panaemonium*, Walter Benjamim, e pelos intelectuais emigrados para a Inglaterra “[...] Karl Mannheim, Karl Polany, Arnold Hauser, Norbert Elias. O CCS contribuirá para o assentamento de uma visão positiva das ciências sociais e terá uma profunda incidência sobre a formação de uma ‘sociologia da cultura’ e de uma ‘ciência da sociedade’ (MATTELART, A.; NEVEU, É., 2004: 40).
- 9 Sabe-se que o Brasil era visto como um exemplo de convivência de pessoas e grupos de diferentes origens. Essa representação sobre o Brasil foi fortalecida, inclusive, com a publicação de *Casa Grande e Senzala* e suas inúmeras traduções.
- 10 UNESCO. *Raça e Ciência*. 2 vol. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- 11 É conhecida a tese de Freyre sobre a importância da miscigenação étnica/racial para a constituição e afirmação do brasileiro como povo.
- 12 Pode-se dizer que esse processo traduz o deslocamento da referência do nacional (Estado-Nação) para o ocidental. Por sua vez, ainda que não se possa pensar na categoria ocidental como homogênea, é certo que em seu conjunto representa valores e práticas que não apenas se distinguem do “não-ocidental”, mas também se impõem sobre ele.
- 13 Com o subtítulo “Construindo consenso: cultura, gênero e direitos humanos”, o documento está dividido em sete capítulos que abordam sempre o tema “negociação

cultural” de questões relacionadas a gênero, direitos humanos, saúde reprodutiva, pobreza e desigualdades (UNFPA, 2008).

- 14 No Brasil, entre os meses de setembro de 2007 e agosto de 2008, foram realizadas 629 mil cirurgias plásticas (SBCP, 2009). Em 2002, estima-se 14 mil pessoas, grande parte de origem japonesa realizaram cirurgia de ocidentalização (ZAKABI, 2002).
- 15 Segundo Giddens, “Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica” (1997: 90).

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. Depois da Nação-estado, o quê? In: _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 63–84.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BHABHA, Homi K. Locais da cultura. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. In: _____. *Meditações pascalinas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 157–198.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). Relatório sobre a situação da população mundial – 2008. Disponível em < http://www.unfpa.org.br/pcp_publicacoes.htm>. Acesso: 05.09.2009.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich GIDDENS, A., LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 73–133.
- GIMLAN, Sander L. Etnicidade y cirugía estética. In: KRUMHAUER, Angelika. *Cirurgia Estética*. Köln (Alemanha): TASCHEN, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: MENDES, Cândido. *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. São Paulo: Record, 2001, p. 229–250.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 3ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. Nas origens dos estudos culturais: os pais fundadores. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosak Naify, 2003.
- MISKOLCI, Richard. *Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência*. Revista Estudos Feministas; Florianópolis, 14(3): 272, Set-Dez/2006, p. 681-693.
- PRATS, Jaime. Centenares de inmigrantes recurren al bisturí para limar rasgos étnicos. *El País*, Madri. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Centenares/inmigrantes/recurren/bisturi/limar/rasgos/etnicos/elpepusoc/20080804elpepisoc_6/Tes#despiece. Acesso: 28/10/008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73–102.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOCIEDADE Brasileira de Cirurgia Plástica. *Cirurgia Plástica no Brasil*. São Paulo: SBCP/DATAFOLHA, janeiro de 2009.
- UNESCO. *Raça e Ciência*. 2 vol. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ZAKABI, Rosana. De olhos abertos. *Veja*. São Paulo. Disponível em [HTTP://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html](http://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html). Acesso: 17/11/2008.